

Brasil

Inflação maior e juros altos por mais tempo

Alex Ribeiro



O recado do presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de que pretende parar de subir os juros em junho está levando o mercado a rever as suas apostas para a inflação e juros. Em reação a novas surpresas negativas, como o Índice de Preços ao Consumidor (IPCA) de março, os analistas econômicos estão elevando projeções de inflação de 2023 para 4% ou mais. Também estão prevendo que será preciso manter os juros altos por mais tempo no próximo ano.

O IPCA de março, divulgado na sexta-feira, ficou em 1,62%, acima das previsões mais pessimistas. Uma boa parte dessa alta está ligada ao reajuste feito pela Petrobras na gasolina e, em tese, não deveria assustar tanto. O próprio Campos Neto chamou a atenção, recentemente, sobre como o repasse da alta de preços pela empresa está chegando mais rápido aos postos de combustíveis. Se o índice fica maior agora, pode ficar menor mais adiante, pois as diferenças acabam por se compensar ao longo do tempo.

A inflação de abril e maio deverá ter contribuições baixistas importantes, com a adoção da bandeira verde para energia elétrica, a redução do preço do gás de cozinha e a queda recente do dólar.

Mercado acha que BC adiará cumprimento da meta de inflação

Mas há sinais preocupantes. Os núcleos de inflação continuam a se acelerar, e a inflação de serviços, que é muito mais resistente, chegou a 6,3%. A inflação subjacente de serviços está ainda mais alta, em 7%. As surpresas negativas no IPCA têm sido recorrentes e, por isso, o mercado tem revisto cada vez mais para cima as suas projeções de inflação, não apenas para este ano, mas também para 2023. Isso preocupa, porque a política monetária está sendo calibrada para cumprir a meta de inflação do próximo ano.

Com o apagão de dados causado pela greve dos servidores do Banco Central, não é possível saber ao certo onde se encontram as expectativas de inflação. Pelo boletim Focus mais recente, com dados até o dia 25 de março, o mercado projetava uma inflação de 3,8% para 2023. É bem possível que esteja acima disso, já que a trajetória era claramente de alta.

Na última reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), realizada em 16 de março, o Focus apontava uma inflação de 3,7% para o próximo ano. No próprio dia 25 de março, o IPCA-15 veio mais salgado do que o mercado esperava, o que deve ter pressionado ainda mais as projeções de inflação para o ano para mais perto de 4%.

Na sexta-feira, o Valor consultou informalmente, sem pretensões científicas, perto de duas dezenas de bancos e consultorias, para ter uma ideia dos humores após a divulgação do IPCA. Já havia um bom número de analistas que, diante da evolução negativa dos dados, estava com inflação em 4% ou mais. Outros, caminhava para tal — e o índice de março foi o empurrão que

faltava para ajustar para cima.

Os juros esperados pelo mercado também estão se descolando para o alto. Pelo último dado do Focus, de 25 de março, o consenso do mercado era que o Banco Central fosse levar os juros a um pico de 13% ao ano. Ou seja, havia uma certa descrença de que o Copom seria capaz de parar o ciclo em 12,75% ao ano em maio, cenário que Campos Neto vinha afirmando que era o mais provável. O IPCA levou os analistas econômicos e o próprio mercado a consolidar a visão de que será preciso levar a meta da Selic a 13,25% ao ano.

Mas a mensagem mais negativa está vindo da trajetória de juros mais longa, até 2023, tanto prevista pelos analistas do mercado quanto da curva de juros futuros. O Banco Central tem um bom controle dos juros no curto prazo, por isso, quando Campos Neto sinaliza que o ciclo não vai avançar muito mais, isso limita as apostas de aperto no curto prazo. Mas fortalece as apostas de que os juros vão ter que ficar mais altos por mais tempo.

Depois que o Banco Central sinalizou que vai parar de subir em breve, os analistas consultados no Focus aumentaram o juro médio previsto para o ano que vem. Como o juro vigente em 2023 determina a inflação de 2024, esse é um outro sinal de que o mercado não acredita muito que o BC será capaz de cumprir a meta de inflação em 2023.

Os juros negociados em mercado tiveram um comportamento errático. Depois que o Copom foi mais "dovish", ou menos inclinado ao aperto monetário, as taxas de juros futuros com vencimento em janeiro de 2024 recuaram. Declarações de Campos Neto que indicam pouca disposição para seguir apertando, nos dias seguintes à reunião do Copom, também contribuíram para os juros mais longos caírem. Os índices de inflação divulgados na semana passada, primeiro o IGP-DI e depois o IPCA, deslizeram uma boa parte dessa queda de juro.

Visto no conjunto, a alta nas projeções de inflação de 2023 para bem acima da meta e a previsão de juros mais altos ao longo do ano que vem significam que, para o mercado, o Banco Central vai levar a inflação para a meta apenas em 2024 ou mesmo depois. A expectativa de inflação de 2024 já estava em 3,2% em 25 de março, acima da meta do ano, de 3%.

Por que o mercado está tão descrente que o BC vai cumprir o seu objetivo dentro do chamado horizonte relevante de política monetária? São vários motivos. Um deles é que, para tanto, os juros teriam que subir muito além do que está nas contas. Para baixar uma inflação que, na previsão de 25 de março, tinha um desvio de 0,55 ponto percentual em relação à meta, seria preciso levar o juro para acima de 14% ao ano. Parece natural, para muita gente, que o BC faça uma convergência mais lenta da inflação para a meta, para poupar a economia real.

Outro fator que leva o mercado a duvidar de um aperto mais forte é que estamos cada vez mais perto das eleições presidenciais. O BC não costuma subir a taxa de juros quando os candidatos estão em campanha. Houve pausa nos dois últimos ciclos de alta, em 2010 e 2014, com a retomada do aperto logo depois.

Há muitos bons argumentos para uma trajetória mais gradual de cumprimento das metas, mas também há riscos. Quanto mais tempo a inflação seguir alta, maiores as chances de se tornar mais resistente.

Alex Ribeiro é repórter especial e escreve quinzenalmente. E-mail: alex.ribeiro@valor.com.br

Garimpo em terra Yanomami cresce 46% em 2021, aponta relatório

Daniela Chiaretti De São Paulo

O garimpo cresceu 46% em 2021 na Terra Indígena Yanomami. O patamar da ilegalidade é alto, sendo que já havia sido registrado um salto de 30% em relação a 2020. A atividade, inteiramente ilegal, impacta diretamente 56% dos indígenas. Os casos de malária explodiram, assim como a desnutrição infantil provocada pelas invasões ao território, o desmatamento e o consequente desaparecimento da caça. Além disso, o garimpo está aliciando jovens indígenas, que abandonam a escola e as aldeias.

A situação é muito grave, alerta o relatório "Yanomami sob ataque: garimpo ilegal na Terra Indígena Yanomami e propostas para combatê-lo". É um panorama de 84 páginas que retrata o avanço da destruição garimpeira na maior terra indígena do país lançado hoje pela Hutukara Associação Yanomami.

O cenário repete a invasão garimpeira da década de 80 à terra yanomami, que completa 30 anos em maio e tem área equivalente à de Portugal distribuída entre os estados de Roraima e Amazonas. Na época o território foi invadido por mais de 40 mil garimpeiros. As tensões entre índios e garimpeiros levaram ao massacre de Haximu, o primeiro e único crime no Brasil julgado como genocídio, e resultou na morte de 16 crianças, mulheres e idosos indígenas.

"Os algozes continuam os mesmos, mas com um poder de destruição muito maior", diz o texto. Dados do MapBiomas mostram que de 2016 a 2020 o garimpo na terra indígena cresceu espantosos 3.350%. Em janeiro, um sobrevoo da equipe de entidades não governamentais que monitora a área mostrou que a atividade continua intensa. O garimpo afeta mais a TI em Roraima, mas está espalhado em todas as direções. "Há aliciação de jovens e distribuição de armas, o que irá aumentar o conflito nas aldeias", diz uma fonte que está ameaçada. "O que está se criando ali é uma situação desastrosa. A crise sanitária e a destruição social são gravíssimas".

No sobrevoo de áreas invadidas na terra indígena foram vistos helicópteros e aviões do garimpo, além de máquinas e bombas. O garimpo está muito próximo das aldeias. É fácil ver malocas comunitárias cercadas de destruição. Há



Maloca yanomami cercada pela destruição do garimpo no rio e na floresta: caos sanitário e social na terra indígena



Julio Ye'kwana (em pé): "Só queremos viver do jeito que sempre vivemos"

postos de saúde indígena abandonados e pistas de pouso sob controle do garimpo, diz a fonte.

"Uma das nossas comunidades, que está perto do rio Uraricoera, onde o garimpo está mais concentrado, está destruída", diz Julio Ye'kwana, presidente da Associação Wanasseduume Ye'kwana (Seduumme). Existem cerca de 700 ye'kwana na TI Yanomami espalhados em três comunidades principais. "O garimpo começou a aumentar em 2017 e acelerou no governo Bolsonaro", diz o líder.

"O lugar onde a gente pesca foi destruído. O rio morreu, está barrento. A malária está descontrolada. O desenvolvimento das crianças não é mais normal", segue Julio Ye'kwana. "A gente sente forte os garimpeiros aliciando os jovens, que deveriam estar estudando e não mexendo com dinheiro sujo. Mas desistindo da escola e só ficam os mais velhos na comunidade".

"A Funai é como se tivesse ficado nossa inimiga. Está difícil para a gente. Esperamos que na eleição venha alguém que apoie os indígenas. E que seja feita operação para retirada dos garimpeiros", diz Julio Ye'kwana. "E tem esses projetos de lei tramitando. Somos contra, não queremos mineração nem nada na terra. Só queremos viver do jeito que sempre vivemos", diz ele.

"É o combo da destruição", resume o médico Paulo Cesar Basta, pesquisador da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e que trabalha há mais de duas décadas com saúde indígena e com os yanomami. "Hoje a terra indígena vive o caos sanitário que viveu na primeira corrida do ouro, na década de 80".

Depois de uma década de relativa estabilidade, diz o médico, em 2014 iniciou nova ocupação do território. "Foram feitas umas dez operações do Ibama e da PF de retirada dos garimpeiros, mas

Orçamento sinaliza desmonte da política ambiental

Marsileia Gombata De São Paulo

A execução orçamentária para o meio ambiente em 2021 foi a menor dos últimos três anos. No ano passado, o orçamento executado para fiscalização foi 40% do previsto. Para especialista, as cifras mostram estratégia de desmontar a política de fiscalização ambiental.

O orçamento executado para serviços como Ministério do Meio Ambiente, Ibama, ICMBio e Fundo Nacional de Mudanças Climáticas foi de R\$ 2,49 bilhões no ano passado, ante R\$ 2,99 bilhões em 2020 e R\$ 3,08 bilhões em 2019. O levantamento consta no estudo "A Conta do Desmonte - Balanço Geral do Orçamento da União", do Instituto de Estudos Socioeconômicos (Inesc), feito com base no Sigla Bra-

sil, sistema de informações sobre orçamento federal do Senado.

O estudo, que será divulgado hoje, mostra que a execução financeira para meio ambiente foi de 78,8% do orçamento no ano passado. Uma das áreas mais impactadas foi a de fiscalização ambiental. Em 2021, dos R\$ 236,26 milhões previstos no orçamento da área, foram gastos R\$ 95,22 milhões, ou 40,3%. O percentual é menor que a média de 2019 e 2020, de 74,8%.

"A execução mais baixa do que nos outros anos é explicada por três fatores principais. O primeiro é o aperto fiscal, com parte importante dos recursos destinados à reserva de contingência. O segundo é o desmonte da política ambiental e a precarização de sua estrutura de pessoal", diz Alessandra Cardoso, assessora política do Inesc. "E

o terceiro é a questão politizada no Ministério do Meio Ambiente, com pessoas com pouca capacidade de gestão da política ambiental".

Segundo o estudo do Inesc, no Ibama os recursos foram de R\$ 82 milhões propostos inicialmente no Projeto de Lei Orçamentária, em junho, para R\$ 236 milhões por meio de crédito extraordinário, em julho. Mas somente R\$ 95,2 milhões foram gastos. "Há a decisão de desmontar a política de fiscalização ambiental", diz Alessandra.

Ainda em 2021, o orçamento para prevenção e controle de incêndios foi de 75,83% do total previsto. Para 2022, houve manutenção de valores elevados para fiscalização e prevenção de incêndios, lembra o estudo, embora dados do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe) mostrem que em

março alertas de desmatamento na Amazônia caíram 15% em relação ao mesmo mês de 2021. Nos primeiros três meses do ano, a Amazônia perdeu 941,3 km² de cobertura, recorde no período.

Procurado, o Ministério do Meio Ambiente disse que "geriu R\$ 767.308.414 em 2021", montante que, segundo a assessoria da pasta, equivale a 98,5% do orçamento. Alessandra afirma, contudo, que o governo considerou apenas parcela do orçamento de R\$ 3,2 bilhões, que são despesas discricionárias, e desconsiderou o que havia sido autorizado por emendas.

O levantamento do Inesc mostra ainda que em 2021 recursos para enfrentar a covid-19 caíram 79% em relação a 2020 e a educação infantil viu seu orçamento encolher mais de quatro vezes desde 2019.

com Bolsonaro as ações foram interrompidas e sabemos as consequências", afirma Basta. Hoje há mais de 20 mil garimpeiros ilegais na região, estima-se. "A primeira providência do garimpo, quando entra no território, é abrir áreas e mudar o curso dos rios. Com isso os grandes animais de caça, como veado e anta, são afugentados, os rios, contaminados por mercúrio, e diminui a fonte de frutos e a coleta tradicional", explica o médico. "As fontes naturais de alimentos saudáveis tornam-se escassas e as áreas remexidas na floresta tornam-se criadouros de mosquitos", segue o pesquisador da Fiocruz.

Índice de empresas citadas em textos nesta edição

Advent B3
Altiav B3
Amazon C4
Americanas B1
Armor Capital C2
AW5 C4
Azul A5
Banco Fator A6
Bank of America C1, C2
Biophoria B9
Bitz C1
BMO Capital Markets B5
BNY Mellon C2
BP Bunge Bnergery B10
Bradesco BBI A4
Brazilian B3
BTG C2
BTG Pactual A4, B3, C4, C6
C6 Bank C1

Camil Alimentos B9
Canfor B5
Capstone C1
Cetesh B10
Ciao B9
Cielo C1
Citibank C2
Cocal B10
Credit Suisse C2, C6
CSU C3
Datoca B6
EasyTV B6
ED&F MAN B9
EQI C6
Ferreiro B8
FIBrazil B6
GAP C1
Gerdas C1
GFL B1
GlobNet B6

Gol A5
Goldman Sachs C2
Google A17
Haitong C2
Hashdex C4
Hospital Moirões de Vento B6
I-Systems B6
Iansa B9
Ibiana C1, C6
IHS Brasil B6
Indoramas B3
Inter C1
Itaú B1, C6
Itaú Unibanco C3, C4
ItaúBBA B9
Itr C3
J.P. Morgan C2
JES B3
Kardis C1

Kantar B8
Kapital C1, C6
Latam A5
Lazard B3
Le Biscuit B6
Legacy C1, C6
Magazine Luiza B1
Master B6
Mercado Bitcoin C4
Microsoft B2
Moody's B5
Neo C1
NebimQ B1
Novonor B3
Novus C1
Nubank C1
Obvious Fibra B6
O B6
Oubros B3
Pan Ocean B5

Passaredo A5
Pecego B10
Petrobras A2, A5, B3, B4, B5, C6
Picpay C1
Quantum Axis C1
Rhodia B3
Ryo Asset A4
Santander B1
Schneider Electric B2
Sensor Tower B1
Siemens B2 C1
SoftX B6
Solway B3
Sparta C1
SPX C1
Suzano B5, C6
Telefônica B6
Torus B10
TerraMagnum B9

TIM Brasil B6
Toshiba B9
Tucapel B8
Unipar B3
Usina Direta B10
Vtac B6
Viz Baranella Shingaki & Olf A5
Verde C1
Vero B6
Via B1
Vinland C1, C6
Vinland Capital C1
Vista C1
VOA B6
Walmart B9
XP C1
ZRG Partners B2